

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): DIOGO DANIEL BANDEIRA DE ALBUQUERQUE, THIAGO RHAONY LIMA FONSECA, THIAGO JOSÉ DE QUEIROZ JATOBÁ, IVANI COSTA, CAROLINA DA SILVA, JOÃO JARDELINO DA COSTA NETO, CAMILA LINS RODRIGUES

A POUPANÇA EXTERNA E O INVESTIMENTO NO BRASIL AO LONGO DOS ANOS 1970 E O SEU ENDIVIDAMENTO

Resumo

O presente trabalho vem, por meio de uma pesquisa bibliográfica e estatística descritiva, mostrar a importância da poupança para a realização do investimento interno no Brasil ao longo da década de 1970. Verifica-se que, apesar de importante, a poupança externa não foi fator preponderante para a consecução das taxas de crescimento vivenciadas pelo Brasil naquela década, mas foi protagonista do fim do modelo desenvolvimentista de substituição de importação, colocando o País em uma crise internacional e condicionando o que foi conhecida na literatura brasileira de Década Perdida.

Palavras-Chave: “Milagre”; Economia Brasileira; Poupança.

Introdução

A contenda entre a poupança e o investimento é um dos temas mais explorados pela teoria econômica sem, contudo, encontrar respostas definitivas para concluir o fator determinante. Não cabe ao presente ensaio encontrar as respostas para esse questionamento, o importante aqui é analisar do ponto de vista teórico e analítico esse dilema, encontrando evidências que justifiquem ou não o aumento do endividamento durante a década de 1970 no Brasil.

O debate teórico é rico em interpretações, muitos dos quais analisam o aumento do endividamento da economia brasileira ao longo da década de 1970 como forma de financiar grandes projetos econômicos, mas que culminou na crise da dívida dos anos 1980. Nesse sentido, o texto questiona se o endividamento realmente ocorreu de acordo com a necessidade de poupança para efetuar o investimento e viabilizar os planos de desenvolvimento? Essas e outras questões devem ser respondidas no texto por meio de uma análise teórica bibliográfica e dados estatísticos do período.

Material e métodos

É realizada uma análise de dados secundários, tais quais o PIB, a Balança Comercial, as Transações Correntes, a Taxa de Investimento, entre outros, com o intuito de realizar uma análise descritiva sobre o tema. Além da análise descritiva, o artigo contempla um embasamento bibliográfico relevante, confrontando visões entre os autores e com os dados apresentados. O período analisado é a década de 1970 e contempla dois dos mais importantes Planos Econômicos do Brasil. Os dados foram coletados no IPEADATA, no IBGE e no BACEN.

Resultados e discussão

De 1970 à 1973 o país passou pelo período conhecido como o “milagre” econômico, com altas taxas de crescimento graças a uma política fiscal expansionista, financiada por meio de um endividamento interno em uma economia que estava muito aquém da capacidade instalada. Por trás de tamanho sucesso estava o primeiro Plano Nacional de desenvolvimento, que foi responsável pela criação de 231 empresas nacionais, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce (PRETTO NETO, 2003).

Segundo Cruz (1982), durante os três primeiros anos da década, o Brasil apresentava uma balança comercial equilibrada, sendo a conta de serviços a responsável pelo déficit na conta corrente. Apesar do forte incentivo nacional à expansão das exportações, a demanda por produtos importados, especialmente em bens de capital pelas empresas estrangeiras, foi responsável pela forte pressão por importações e consequentemente pelo relativo equilíbrio na conta comercial de bens (LESSA (1977); CRUZ (1982); MALAN e BONELLI (1990)).

O período foi marcado pela forte concentração de renda, a expansão do crédito para consumo, com a dilatação de prazos e a redução de juros e com o grande volume de capital internacional disponível para os países em desenvolvimento. Esses fatores, proporcionaram as bases para a expansão da demanda que marcou o período entre 1968 à 1973, estimularam em especial o setor de bens de consumo duráveis (BELLINGIERI, 2014).

O setor de bens de capital também registrou forte expansão, contudo diversos elos de produção pertinentes foram excluídos da estratégia de desenvolvimento, o que aumentou a dependência brasileira por produtos de capitais e se concretizou em grande volume de importações que contrabalanceou a conta corrente durante o período investigado (CRUZ, 1982).

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Desde o início da década de 1970, o governo aumentou as reservas de cambiais, o que proporcionou maior segurança na percepção do sistema financeiro internacional e possibilitou maior fluxo de capitais no País. Enquanto as reservas estavam aplicadas a uma taxa de juros inferior aos empréstimos contratados, parte dos juros da dívida era paga com a demanda por novos empréstimos, o que originou um ciclo vicioso para a demanda por novos recursos e alimentou um modelo insustentável.

De acordo com Cavalcanti (1988), a forte pressão da expansão monetária e o aumento no volume das reservas, que representavam um alto custo para os cofres públicos, fizeram com que, em 1972 o governo brasileiro passasse a aumentar o controle sobre a entrada de capitais no Brasil, expandindo os prazos mínimos e melhorando o perfil da dívida externa.

O período que corresponde ao II PND pode ser subdividido em três a exemplo de CRUZ (1982). O período entre 1974/76 é marcado por uma redução no fluxo de capitais para os países em desenvolvimento, que volta a aumentar no período seguinte 1977/78. O último ano da década é abalizado por uma deterioração das contas públicas, que combina com um déficit na conta corrente *pari passu* um déficit na conta de capital (CRUZ, 1982).

A estratégia de continuação do desenvolvimento adotada é conhecida como “marcha forçada”, que caracteriza o esforço do governo brasileiro em continuar o processo de substituição de importações mesmo com a mudança no cenário internacional, da redução do fluxo comercial e na piora dos termos de troca e no fluxo de capitais (CASTRO e SOUZA, 1985).

Apesar das divergências entre as interpretações, todas concordam que o interesse político de manutenção de um regime ditatorial era voltado para a continuação do crescimento, mesmo com a nova configuração do comércio internacional. A continuação do crescimento só foi possível devido ao forte volume de capital disponível no mercado internacional, proporcionado em especial pelo euro-mercado. Para Ricardo Carneiro (2002) o fluxo de capitais direcionado ao mercado emergente só foi possível devido as inovações no sistema financeiro, que permitiram aos bancos internacionais reduzir riscos, adotando taxas de juros flutuantes, que caracterizou o perfil do endividamento brasileiro durante o segundo PND.

Diferente do seu predecessor, o II PND centrava-se na perspectiva de substituir a importação por produtos de capital, enquanto o I PND tinha como principal objetivo desenvolver uma indústria de bens de consumo duráveis, voltada para o mercado interno (MATOS, 2002) – na perspectiva de Furtado (1981) o crescimento no I PND foi marcado pela concentração de renda que possibilitou a criação de um mercado consumidor de bens duráveis, principalmente do setor automobilístico. No que concerne o II PND, a economia estava em pleno emprego devido as ações de estímulo decorrentes do modelo anterior, a opção pelo crescimento elevou o aumento da demanda, sem um imediato e paralelo crescimento da oferta, o que causou uma grande pressão sobre os preços.

Durante o Período 1977/78, o comércio internacional é reaquecido, há uma melhoria nos preços relativos, o que proporciona um aumento no volume exportado, que em conjunto com o aumento no controle sobre importações reduz o déficit em conta corrente do período anterior. Também foi registrada grande entrada no volume de capitais para o país, porém esse influxo de recursos tem caráter financeiro, dado que se manifesta em grande parte no pagamento dos juros e no aumento das reservas internacionais (LESSA, 1977).

A grande quantidade de recursos financeiros que migrou para os países da periferia durante esse período provém do euromercado, que procura a diversificação e melhores taxas de juros. Com o aumento da oferta de capital, as taxas de juros se reduziram e os prazos melhoraram. Frente às obrigações cada vez maiores do Brasil em termos de moeda estrangeira, o país adotou políticas visando priorizar os empréstimos providos do capital internacional em divisas conversíveis. As empresas estatais foram as principais ferramentas de captação, o Estado também reduziu os custos para a contratação desses empréstimos e sancionou leis protegendo os contratantes dessa dívida (LESSA, 1977).

Assim, pode-se afirmar que parte dos empréstimos era para a realização de investimentos, mas que a sua maior parte foi destinada ao pagamento de juros, que era definido em divisas conversíveis. Segundo Carneiro (2002) e Reis (2008) a busca por divisas guiou o setor público a tomar medidas que elevassem o superávit comercial e reduzisse o déficit no orçamento.

Em 1979, o déficit na balança de pagamentos aumentou 177%. Esse déficit foi derivado por uma soma de fatores, como a deterioração dos preços relativos, que redundou em um elevado crescimento no déficit em conta corrente, 53,33%. Houve uma deterioração nas condições do fluxo financeiro internacional, com o aumento dos juros e redução nos prazos, que implicou em uma redução de 35,85% no saldo da conta capital e financeira e um crescimento de 32,41% nas despesas da conta de serviços e rendas.



Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A economia brasileira sofreu grandes e fundamentais transformações ao longo da década de 1970. O presente estudo foi focado na relação investimento e poupança externa com vis ao impacto dos fluxos de capital para o crescimento do Brasil na década de 1970, tendo em perspectiva a grande abundância de recursos financeiros derivados de inovações financeiras e dos petrodólares como responsáveis pelo aumento da capitação nacional de poupança externa.

Apesar da necessidade de poupança externa para consolidar investimentos que imperavam grande volume de importações, a maior parte desses recursos foram destinados a funções financeiras como o pagamento dos juros e acumulo de reservas. Ou seja, a poupança externa não foi o principal contribuinte para o aumento do investimento nacional, mas foi um dos fatores responsáveis pela saturação do modelo de desenvolvimento e pela derrocada na crise da dívida.

O crescimento econômico registrado na década de 1970 foi resultado do aumento do investimento, que foi balizado pelo interesse político e pelas condições favoráveis da época. Apesar do fato de que o influxo de capital para o Brasil não foi destinado essencialmente para o investimento produtivo, o presente trabalho não tira a validade e a importância das condições de financiamento do mercado internacional. Em especial ao investimento direto, que, por meio de transnacionais, contribuiu de forma relevante para o crescimento da economia nacional ao longo daquele período.

Agradecimentos

Os autores agradecem a colaboração do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e ao SEBRAE/PB.

Referências bibliográficas

- [1] CARNEIRO, R. Desenvolvimento em Crise (A economia brasileira no último quarto do século XX). São Paulo: UNESP, 2002.
- [2] CASTRO, A. B. D.; SOUZA, F. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 157-158 p.
- [3] CAVALCANTI, C. B. Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna. BNDES, 12º prêmio BNDES de economia, Rio de Janeiro, 1988. 19-58.
- [4] CRUZ, P. D. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. [S.l.]: Brasiliense, 1982. p. 67-115.
- [5] EARP, F. S.; PRADO, L. C. O "MILAGRE" BRASILEIRO CRESCIMENTO ACELERADO, INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 1967-1973. In: FERREIRA, J.; DELGAD, L. A. N. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003.
- [6] FURTADO, C. O Brasil pós-"milagre". São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- [7] LESSA, C. Visão Crítica do II PND. Revista Tibiriça, Campinas, n. 6, Jan/MAR 1977.
- [8] MALAN, P. S.; BONELLI, R. Brazil 1950-1980: Three decades of growth - Oriented economic policies. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, n. 1987, março 1990.
- [9] MATOS, P. D. O. Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND. Piracicaba: Dissertação de Mestrado - USP, 2002.
- [10] PRETTO NETO, D. Um histórico das recentes políticas econômicas de combate à inflação no Brasil. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado: URS, 2003.

Evolução do investimento e da composição da dívida externa do Brasil na década de 1970

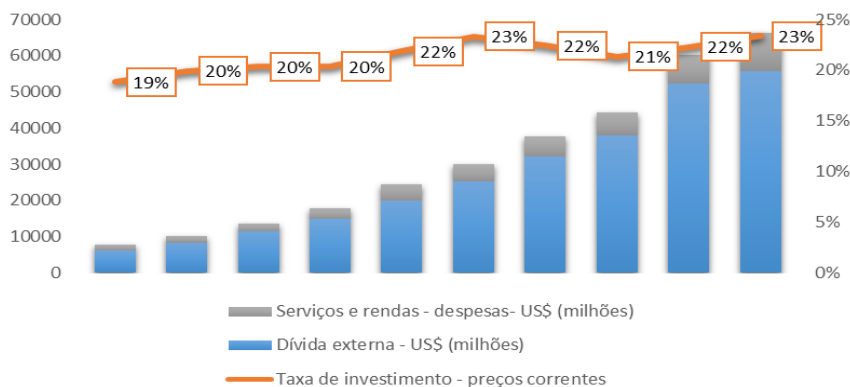


Figura 1. Evolução do Investimento e da composição da dívida externa do Brasil na década de 1970. Fonte: IpeaData e BACEN. Elaboração própria.